

Rural Semanal

Informativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANO XXIV - nº 10 - 14 a 21 de julho de 2017



UFRRJ

Territórios de cidadania

Núcleo da UFRRJ busca fortalecer
protagonismo das comunidades da

Baía da Ilha Grande **P.4 e 5**

Entrevista: Roberto Rodrigues

Pró-reitor de Planejamento
explica implantação do
Processo Eletrônico na
Rural **P.3**

Restauração florestal

Professor do IF destaca
abordagens no controle
de plantas daninhas **P.6**



A Universidade foi desenvolvida como um contraponto aos dogmas que por definição não permitem contestações, pois são baseados na verdade absoluta – aquela que não permite ser falseável, confrontada. Nos tempos do Renascimento, o espírito analítico buscava espaços, e os encontrou nesta construção intelectual, as Universidades. Nelas, a razão não encontrava limites para sua realização plena, sempre buscando confrontar o consolidado pelo senso comum.

Com séculos de amadurecimento, o espírito científico nos permitiu avançar tremendamente na compreensão de nossas relações com o ambiente e com o tecido social que nos cerca. Mas, como sempre, também gerou mecanismos tecnológicos que trouxeram distorções importantes que terminaram por afetar o próprio âmago da razão, que se ancora na força da palavra, do argumento, do debate.

As chamadas “redes sociais” – inicialmente observadas como um instrumento libertador, pois nos permitiria uma maior integração holística – terminam por desencadear uma onda de intolerância com poucos precedentes históricos. Isso porque, antes de nos integrar, nos afastou dos ambientes coletivos onde grandes teses eram tratadas, seja no campo estritamente político, seja no âmbito das relações humanas.

Gerou-se uma atomização nas relações sociais e humanas que pode ser observada na própria Universidade de hoje. Um servidor público, por definição, serve a um projeto que não é o seu, individual. Entretanto, quando as relações do indivíduo atomizado não se reconhecem neste ambiente, socialmente referenciado, cria-se um vazio que será ocupado pela negação e pela intolerância.

Nos tempos de cólera em que vivemos, onde debates presenciais são substituídos pelos virtuais, onde construções coletivas são desprezadas como anacrônicas, urge resgatar o papel das Universidades conforme originalmente concebido, como espaço da reflexão crítica, construída à luz do esforço analítico de compreender o planeta onde habitamos, coletivamente. Resgatar a força da palavra, do argumento e da razão em uma Universidade é essencial, pela potencialidade desta construção para a realização de muitos sonhos e realizações pessoais e coletivas.

É na crise que ela, a Universidade, se engrandece. E vivemos um momento sombrio. ■

Opinião

Aposentadoria positiva

Equipe de Promoção em Saúde da Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador (Dast/Proad/UFRJ)

Aposentadoria não tem sido cercada de direitos que a torne desejável, valorizada e repleta de significado positivo. A socialização exercida na cultura brasileira prepara os indivíduos para uma valorização do trabalho, não tornando a aposentadoria foco de atenção. Durante a vida, as pessoas se preparam para entrar no mundo do trabalho e nele se manterem; mas nem sempre se preparam para dele sair ou serem algo para além dele.

Sob o ponto de vista psicológico e social, a aposentadoria representa um momento estressante e de muita expectativa na vida do indivíduo, podendo originar reações muito ambivalentes, desde uma sensação de liberdade até um sentimento de exclusão. Mudanças advindas com a aposentadoria requerem uma adaptação nem sempre atingida pela maioria das pessoas e, não havendo, produzem resultados negativos, tais como: depressão, isolamento, dificuldades de relacionamento com a família, aumento na frequência de consultas médicas etc.

As atitudes perante essa fase da vida também dependem do envolvimento e da satisfação atribuídas ao trabalho, bem como de suas outras funções na sociedade. Muitos gostam do que fazem no local de trabalho e/ou das relações sociais mantidas e, por isso, não querem se aposentar. Outros querem se aposentar, mas desejariam continuar com uma atividade profissional e/ou necessitam continuar trabalhando em função da perda financeira que a aposentadoria representa. Outros ainda querem realmente parar de trabalhar, mas não têm planos sobre o que fazer durante a aposentadoria. Pode existir ainda certa euforia que leva algumas pessoas a dizer que irão realizar vários projetos, mas dificilmente elas saberão detalhar seus desejos na hora de se aposentar.

A ausência de reflexão a respeito da aposentadoria pode levar as pessoas ao desenvolvimento de hábitos e comportamentos desfavoráveis. Por isso, para que a aposentadoria possa ser usufruída de forma plena e cheia de novos significados, a Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador (Dast), desde 30 de maio de 2013, incluiu o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) em suas ações de Promoção em Saúde.

O PPA não tem como objetivo levar os participantes a decidirem ou não pela aposentadoria, mas sim despertá-los para uma reflexão sobre seu momento de vida e carreira, apresentando informações sobre aspectos legais, saúde, projetos de vida pessoal, social, familiar e financeiro, promovendo a construção de novo projeto de vida com novas formas de satisfação pessoal ou de realização profissional.

Este espaço é destinado prioritariamente a colaborações da comunidade universitária. O texto deve ter título e nome completo do autor, com tamanho entre 25 e 30 linhas, fonte Arial 12 e espaçamento 1,5. As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva de seus autores. O material deve ser enviado para o e-mail comunicacao@ufrj.br. Também serão publicadas, esporadicamente, reproduções e adaptações de artigos de outras fontes.

Calendário acadêmico

Julho

- 17 a 21 – Provas optativas.
- 18 a 25 – Prazo para lançamento das notas finais no Sistema Acadêmico.
- 22 (sábado) – Término do primeiro período letivo de 2017.
- 25 (terça-feira) – Prazo final para divulgação das notas finais pelos departamentos.
- 26 (quarta-feira) – Início do recesso escolar.

Agosto

- 14 (segunda-feira) – Início do 2º período letivo de 2017.
- 21 a 25 – Semana reservada para colações de grau (previsão).

Setembro

- 7 (quinta-feira) – Feriado nacional (Independência).
- 11 (segunda-feira) – Término do prazo para renovação do trancamento de matrícula no Quiosque Alunos.

Transparência e praticidade na execução e tramitação dos processos públicos

Tornar público, na forma digital, todos os processos da esfera administrativa do governo federal é a meta do Processo Eletrônico Nacional, uma iniciativa do Ministério do Planejamento

Alessandra de Carvalho

Na UFRRJ, desde o dia 26 de junho de 2017, todos os processos cadastrados no Sipac precisam ser despachados eletronicamente. O pró-reitor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional Roberto Rodrigues explica o Processo Eletrônico Nacional em implantação na Universidade e avalia a importância dessa ação para as instituições públicas.

Você pode explicar quais os principais objetivos do Processo Eletrônico Nacional?

Roberto Rodrigues - O Processo Eletrônico Nacional (PEN) tem como objetivo construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos na forma eletrônica. A entrada das autarquias administrativas implicará em melhorias de desempenho na tramitação dos processos administrativos no setor público como um todo e, em especial, na UFRRJ. A expectativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) é que a implantação do PEN traga maior agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos na tramitação e publicidade dos processos administrativos.

Que vantagens a implantação desse programa traz para as instituições públicas?

RR - De acordo com o MPOG, algumas das vantagens do PEN são que os processos estarão 100% na Web e podem ser acessados por meio dos principais navegadores do mercado, por diversos tipos de equipamentos e sistemas operacionais. Isso possibilita mais transparência no serviço público e praticidade na execução, tramitação e acompanhamento dos

processos para os servidores. Todos os processos públicos terão acesso disponibilizado a qualquer momento e em tempo real na plataforma do PEN. Os órgãos de controle poderão acessar com mais facilidade todas as informações do processo. A praticidade para os servidores públicos está ligada à mudança na forma como alimentamos o processo, que poderá ser instruído a qualquer momento, sem necessidade de esperar a chegada do processo físico na unidade. Com isso, a tramitação se torna mais rápida.

Como o projeto está se desenvolvendo na Rural? Existe um prazo para essa implantação total?

RR - Para que o processo administrativo se torne eletrônico e público é necessário que a instituição federal tenha um sistema para captar estas informações e, depois, disponibilizar para o MPOG colocar na base de dados do PEN. A UFRRJ optou por utilizar o nosso Sistema Integrado de Gestão (SIG) no módulo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac) para transferir as informações dos nossos processos para a base do PEN. Nesse momento, a tramitação dos processos ainda ocorre tanto na plataforma digital quanto fisicamente, mas o prazo para que os processos sejam tramitados somente na forma eletrônica é 16 de outubro de 2017.

Entretanto, antes desta data, a Rural solicitará ao Ministério do Planejamento que a nossa base de processos eletrônicos no SIG seja disponibilizada no PEN. A inclusão da Rural e de todas as outras instituições federais no Processo Eletrônico responde ao de-

creto Presidencial nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que estabelece o prazo de dois anos para que todas as unidades estejam inseridas no PEN.

Que dificuldades a Propladi tem encontrado para realizar o PEN? O que os servidores e a Administração Central precisam fazer para agilizar o projeto?

RR - A implantação do SIG na UFRRJ representa, ao mesmo tempo, uma unificação dos procedimentos administrativos e acadêmicos de toda a instituição em um único sistema e a necessidade de responder ao decreto presidencial de utilização do PEN. Nossa maior dificuldade é que todos os setores administrativos e acadêmicos entendam a necessidade do uso do SIG e, principalmente, do módulo Sipac. Entendemos que se trata de uma mudança de procedimentos e estamos trabalhando sempre com prazos pré-estabelecidos antes da implantação de qualquer novidade no sistema. Por isso, é necessário que a Administração Central dê todo o suporte à comunidade universitária nas fases de implantação do SIG e que os servidores da instituição se adaptem aos novos procedimentos. Mas sabemos que esse processo ocorre no médio prazo.

Sendo assim, é necessário que todos entendam o período que a UFRRJ está vivenciando: um processo de renovação tecnológica, assim como seus processos de trabalho. Com toda essa inserção ao cenário tecnológico, o PEN se torna uma necessidade, uma vez que estamos atendendo a legislação para que haja unificação dos processos em um sistema eletrônico único. ■



Rapidez. Roberto Rodrigues ressalta que a plataforma eletrônica vai trazer mais agilidade na tramitação de processos

Nedet-BIG/UFRRJ



“

O objetivo do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande é fortalecer a atividade rural do pequeno produtor, por meio de parcerias com os atores institucionais locais como a UFRRJ.

Márcio de Albuquerque, membro do Nedet-BIG

Nedet-BIG em ação. Professor Lamounier Erthal durante reunião do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande, realizada na Câmara de Itaguaí

Território, desenvolvimento e cidadania

Núcleo da UFRRJ promove integração entre universidade, poder público e sociedade civil na região da Baía da Ilha Grande

João Henrique Oliveira

Criados em 2014, pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) surgem com o objetivo de apoiar ações de extensão e assessoramento técnico a comunidades locais em todo o país. O programa se concretizou na parceria entre Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um de seus alicerces é a união de representantes da sociedade civil, poder público e universidades – numa articulação que busca desenvolver o protagonismo dos sujeitos locais, com eixo nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar.

Uma chamada pública, ainda em 2014, abriu o processo de criação dos Nedets. O edital contemplou 185 territórios rurais no país, com participação de 54 instituições de ensino superior.

Um dos projetos selecionados foi elaborado pelo Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (LPDT), coordenado pelo professor Lamounier Erthal Villela e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ). O título do trabalho é autoexplicativo quanto ao foco inicial da iniciativa do LPDT: “A participação das mulheres em atividades rurais nos municípios de Seropédica e Itaguaí (RJ): pesquisa e extensão para a capacitação em gestão social na agricultura familiar visando ao desenvolvimento territorial sustentável”. Contudo, a abrangência do Núcleo se ampliou para além das duas cidades citadas, incluindo todos os cinco municípios do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG): Angra do Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Parati e Seropédica. Daí se explica a sigla composta: Nedet-BIG.

Após a aprovação do CNPq, o projeto foi submetido à Pró-Reitoria

de Extensão (Proext/UFRRJ). O próximo passo foi a definição da equipe, sob coordenação de Lamounier Erthal. Assim, o Núcleo foi composto por três assessores territoriais: de Gestão Social, professor Márcio de Albuquerque Vianna (Instituto de Educação e PPGDT); de Inclusão Produtiva, professora Adriana Schueler (PPGDT); e de Gênero, professora Lucimar Ferraz (PPGDT). O grupo também incluiu dois estudantes de graduação – Dayenne Brandão e Daniel Sena, ambos do curso de Economia – além de alunos de mestrado e doutorado do LPDT.

Principais ações

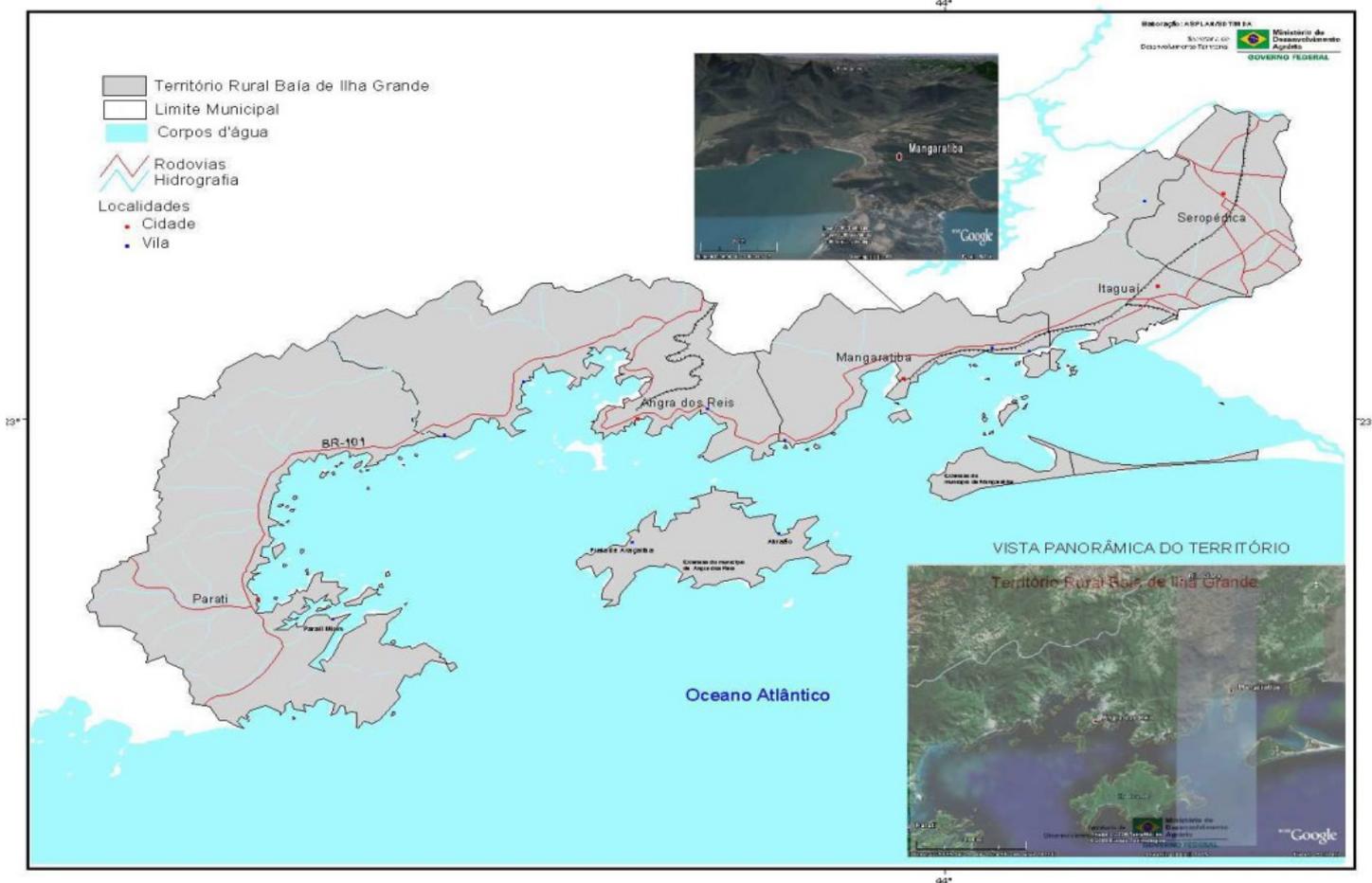
Uma das realizações do Nedet-BIG foi a recomposição do Colegiado do Território da Baía da Ilha Grande, do qual participam as prefeituras dos cinco municípios da região; representantes de instituições de pesquisa e extensão; órgãos públicos federais como a Fundação Nacional do Índio (Funai); e membros da sociedade civil, tais como repre-

sentantes de associações, sindicatos e cooperativas.

“O objetivo do Colegiado é fortalecer a atividade rural do pequeno produtor (agricultor familiar, pescador artesanal, etc.) por meio de fomentos, parcerias, projetos e capacitações, sobretudo com os atores institucionais locais como a Universidade Rural, a Emater, a Embrapa, entre outros”, explicou o professor Márcio de Albuquerque.

Portanto, o papel do Nedet-BIG é promover a aproximação dos três principais sujeitos do território: as comunidades locais (produtores rurais, indígenas, quilombolas e caiçaras), o poder público dos municípios (representados pelas secretarias de Agricultura e Pesca) e as entidades de pesquisa e extensão. “Tal aproximação pode ajudar a fomentar projetos que busquem fortalecer a agricultura familiar, assim como as comunidades tradicionais que desenvolvem atividades artesanais”, salientou Albuquerque.

Território Rural Baía de Ilha Grande



Região. Os cinco municípios da Baía da Ilha Grande ocupam área de 2.663 km² (Mapa: Diagnóstico Territorial/Unacoop. Disponível em: goo.gl/jQwG9V)

“

A participação dos membros do núcleo em atividades de desenvolvimento para o mundo rural também resultou em artigos, capítulos de livros e cursos de extensão.

Carlos Sarmento, doutorando do PPGCTIA e integrante do Nedet-BIG

Uma das frentes da integração universidade-comunidade pode ser exemplificada pelos cursos de capacitação que o Nedet-BIG promoveu em duas associações de moradores – uma em Itaguaí, na localidade do Mazombinha, e outra em Seropédica, junto a um coletivo de produtores orgânicos (Serorgânico). A capacitação tratou de temas como “Políticas sociais para o meio rural”, “Projetos de sustentabilidade ambiental”,

“Controle Social e participação nos conselhos municipais”, entre outros. O Núcleo também participou de projetos como a inclusão de agricultores na Feira de Agricultura Familiar da Rural; a criação de projeto de turismo rural de base comunitária na Serra do Piloto, em Mangaratiba; o desenvolvimento dos comitês de jovens, mulheres e comunidades tradicionais; a elaboração do regimento interno do Colegiado da BIG; entre outros.

Além de promoverem o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, as atividades do Nedet-BIG também estimulam a produção acadêmica de seus integrantes, conforme observa o pesquisador LPDT e doutorando do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA/UFRJ), Carlos Alberto Sarmento: “A participação dos membros do Núcleo em atividades de promoção e desenvolvimento para o mundo rural também resultou, ao longo dos últimos três anos, em mais de 25 artigos publicados em revistas e

congressos nacionais e internacionais, seis capítulos de livros e três cursos de extensão para a sociedade civil”.

Trabalho reconhecido

A pesquisa de um integrante do Nedet-BIG teve importância reconhecida por um agente do poder público. Assim, o mestrando do PPGDT, Riyuzo Ikeda Junior, recebeu em maio, por indicação do vereador Willian Cezar Padela, uma ‘Moção de Congratulações e Elogio’ na Câmara de Itaguaí. O prêmio foi um reconhecimento “pelos relevantes serviços prestados” com a dissertação “Gestão Social e Controle Social no Bairro Carioca de Santa Cruz e Itaguaí – RJ: Um Olhar Sobre o Desenvolvimento Local no Território dos Megaempreendimentos”.

“Durante o desenvolvimento do meu trabalho, realizei diversas pesquisas de campo no município, com atores das esferas pública e privada, incluindo representantes da Câmara, Ministério Público, Prefeitura e

sociedade civil. O objetivo dessa pesquisa de campo era captar as perspectivas desses sujeitos sobre questões como gestão e controle social, desenvolvimento, território, participação social, dentre outros fatores”, explicou Ikeda.

E foi na mesma Câmara de Itaguaí que o Nedet-BIG participou, em 21 de junho, da 9ª Reunião do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande. O principal ponto de pauta foi a discussão sobre futuras ações para o fortalecimento do órgão, como a parceria da Universidade para a realização do projeto de turismo rural na Serra do Piloto, a elaboração de um Consórcio Intermunicipal com as secretarias de Agricultura, a formação de jovens rurais em agroecologia e a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS).

Para acompanhar as ações do Nedet-BIG, acesse a página do grupo no Facebook: www.facebook.com/mulheresrurais ■

Alessandro Silva

Restauração florestal em foco

A importância do controle de plantas daninhas



Plantas daninhas. *Braquiaria decumbes* (A) e *Braquiaria humidicola* (B) influenciam o crescimento de mudas de ipê roxo. No vaso (C), o crescimento da muda sem matocompetição

Michelle Carneiro

Áreas de pastagens são grande desafio para a recuperação florestal no estado do Rio de Janeiro, já que a predominância de gramíneas e capim dificulta o crescimento das mudas e a regeneração natural. O professor Paulo Sérgio dos Santos Leles, coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Reflorestamentos (Laper) do Instituto de Florestas (IF/UFRRJ) destaca como o planejamento adequado, associado a uma abordagem mais eficiente para o controle de plantas daninhas, pode superar esse cenário desafiador.

Leles explica que os custos elevados para o controle das plantas indesejadas inviabilizam os projetos de reflorestamento para o pequeno produtor rural e para governos municipais e estaduais que enfrentam dificuldades econômicas. “Em geral, o controle de plantas daninhas é um dos fatores mais importantes para sucesso da formação do povoamento florestal, podendo chegar até 60% do custo total do projeto de reflorestamento”, afirma.

Para o professor, é viável aumentar a eficiência dos projetos, tornando-os mais sustentáveis por meio de metodologias que vêm sendo testadas pelo Laper, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). “É preciso ter bom diagnóstico e caracterização do ambiente em que se pretende realizar a restauração florestal para adotar os métodos mais adequados. Copiar metodologia não funciona”, alerta.

Diminuir a incidência das plantas daninhas, principalmente das gramíneas, favorece o crescimento das plantas arbóreas e a cobertura florestal, o que gera condições para que efetivamente comece a acontecer o processo de

restauração florestal, com presença de maior umidade do solo, deposição de matéria orgânica originada da queda de folhas das árvores, alimento para a fauna e maior atividade microbiológica do solo.

Métodos para controle de plantas indesejadas

As pesquisas desenvolvidas pelo Laper indicam a necessidade da adoção do manejo integrado para obter sucesso no projeto de reflorestamento, o que pressupõe a associação de diversos métodos de controle de plantas daninhas – sejam eles mecânicos, culturais ou químicos – e também considera a escolha adequada das espécies florestais adaptadas ao ambiente, além do espaçamento de plantio e do preparo adequado do solo.

A roçada, por exemplo, é a técnica mais comumente utilizada para controle do capim do tipo braquiária e do tipo colônio, mas também é a mais ineficiente. “As atividades de roçada são, além de desgastantes para o trabalhador, de alto custo devido a seu baixo rendimento operacional. Cada vez que o trabalho de roçada é executado, estas gramí-

neas rebrotam e as plantas com potencial de regeneração natural também são eliminadas”, afirma o professor Leles.

“

Diminuir a incidência das plantas daninhas favorece o crescimento das plantas arbóreas e a cobertura florestal, o que gera condições para que efetivamente comece a acontecer o processo de restauração florestal

Paulo Sergio dos Santos Leles, coordenador do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Reflorestamentos (Laper)

O controle químico aparece como opção que, “quando bem usada”, destaca o docente, “pode ser ferramenta importante na formação dos povoamentos florestais através do plantio de mudas ou na condução da regeneração natural de muitas áreas para restauração florestal. O uso do herbicida *glyphosate*, de maneira adequada, é uma alternativa sustentável que pode auxiliar no controle das plantas daninhas e acelerar a cobertura florestal do ambiente, além de diminuir as atividades de manutenção e os custos”.

Outro método de controle, associado com o químico, é o de plantas companheiras, como o

uso de leguminosas herbáceas ou consórcio com eucalipto, que podem ser cultivadas com as espécies da restauração. Estas e outras metodologias são apresentadas no livro “Controle de plantas daninhas em restauração florestal”, editado pelo professor Paulo Sérgio dos Santos Leles e pelo pesquisador da Embrapa, Alexander Silva Resende.

A publicação, que está disponível para download gratuito, pode subsidiar o planejamento feito por técnicos e agricultores ao ampliar a capacidade de tomada de decisão sobre qual, ou quais técnicas utilizar. “A transformação desse conhecimento científico em prática é fundamental para superar os desafios de formação dos povoamentos florestais com fim ambiental em áreas de pastagens, adequando ambientalmente as propriedades rurais a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA)”, conclui o professor Leles. ■

Disponível para download em: <https://goo.gl/Q3vNCx>

CCS/UFRRJ



Papel dos NITs. Em sua palestra, Gesil Amarante destacou a importância dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades

Nova lei de inovação em debate

NIT/UFRRJ reúne especialistas para discutir Marco Legal de C, T & I

Organizado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/UFRRJ), o evento “A Nova Lei de Inovação na UFRRJ – Discutindo o Marco Legal de C, T & I” reuniu especialistas no Auditório Gustavo Dutra, em 12 de julho, para um debate que abordou conquistas, obstáculos e perspectivas do setor nas instituições de ensino superior.

Na parte da manhã, o professor Gesil Amarante, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), de Ilhéus/BA, apresentou o tema “O Novo Marco Legal da Inovação”. Ele chamou a atenção para a importância dos NITs nas universidades. “Esses núcleos podem acelerar o impacto que as instituições têm no desenvolvimento local e nacional”, disse Amarante, que também é diretor técnico do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec).

Ada Gonçalves, analista da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), falou das “Questões críticas do Marco Legal”. Ela observou as dificuldades em conseguir pessoal para os NITs, pois não há concursos específicos. Como forma de driblar essa situação, a analista defende uma maior colaboração entre os núcleos, além da criação e uma estrutura jurídica para contratar quadros.

Já Thiago Renault, diretor da Agência de Inovação da Universidade Federal Fluminense

(UFF) e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PPGE/UFRRJ), fez um alerta: “Em nenhum lugar do mundo essa coisa de propriedade intelectual e relação com empresas substitui o investimento governamental nas atividades de pesquisa. É um mito achar que NITs, incubadoras e parques tecnológicos vão representar alternativa de financiamento”. Para o professor, a interação com a iniciativa privada é importante para oxigenar o ambiente universitário, com a sala de aula se aproximando da realidade do mercado. Contudo, as estatísticas mostram, segundo ele, que o setor privado investe pouco em inovação. “No Rio de Janeiro, isso é ainda pior”, argumentou Renault.

Ricardo Pereira, coordenador de Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), completou a série de palestras da manhã com o tema “O uso ético da informação e da propriedade intelectual”. Ele apresentou projetos bem-sucedidos da Agência UFRJ de Inovação, mas lamentou

a falta de recursos e o número ainda baixo de pedidos de patente.

Perspectivas do NIT

À tarde, o especialista em inovação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Fabricius Garcia Neto, proferiu palestra sobre a promoção da inovação por meio da ativação e potencialização das relações entre indústria, governo e universidade. Ele apresentou projetos desenvolvidos pela Firjan, como o “Impulsiona”, que busca soluções junto às universidades para desafios tecnológicos enfrentados pelas empresas, e o “Roadshow de Inovação”, que sensibiliza as empresas para a importância da inovação tecnológica.

O vice-reitor da Rural, Luiz Carlos Lima, indicou as perspectivas de atuação do NIT diante do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016). “O programa de inovação tecnológica da Universidade deverá contemplar três ações fundamentais: a extensão tecnológica, o polo tecnológico e o parque tecnológico”, afirmou. A Universidade irá estabelecer comissões para trabalhar em cada uma dessas frentes e ade-

O programa de inovação tecnológica da Universidade deverá contemplar três ações fundamentais: a extensão, o polo e o parque tecnológico

Professor Luiz Carlos Lima, vice-reitor da UFRRJ

quar as propostas já existentes ao Novo Marco Legal.

O evento também contou com a apresentação do NIT/UFRRJ, realizada por sua coordenadora, Cristina Cunha Santos. Também estiveram presentes as docentes Lúcia Helena dos Anjos, pró-reitora adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação; Martha Castro, do Instituto de Ciências Exatas e vice-coordenadora do NIT; Regina Cohen Barros, do Instituto de Agronomia e integrante da equipe do Núcleo; e Biancca Castro, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRO-PPG), o NIT/UFRRJ foi fundado em 2008 e é responsável por gerir a política de inovação da Universidade, além de atuar para favorecer a transferência de tecnologia e a devida proteção do conhecimento produzido nos câmpus. O **Rural Semanal** 05/2017 destacou a atuação do Núcleo na reportagem “A inovação no ambiente universitário”, página 5, disponível em: <https://goo.gl/2aEXQy>

Saiba mais sobre o NIT da UFRRJ no site <http://institucional.ufrrj.br/nit/> ■

Empreendedorismo de alto impacto em debate na Rural

O Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia (MPGE/UFRRJ) promoveu a décima edição do Encontro Teoria & Prática no dia 30 de junho, no auditório do Pavilhão de Aulas Teóricas (PAT), no câmpus Seropédica. Com o tema “Empreendedorismo de Alto Impacto e Ecossistema Empreendedor”, o evento contou com palestras de Sergio Yates e Alvaro Viana, além de debate com o público mediado pelo professor Tiago Renault. A coordenadora do MPGE, Beatriz Villardi, e o diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Daniel Ribeiro, realizaram a abertura do encontro.

Nei Lopes lança livro na UFRRJ

Divulgação



O compositor, pesquisador e escritor Nei Lopes (foto) lançou na UFRRJ o seu ‘Dicionário de História da África: séculos VII a XVI’ (Editora Autêntica), cuja autoria divide com José Rivair Macedo. O lançamento ocorreu no Auditório Paulo Freire (ICHS), em 20 de junho, e foi organizado pelos grupos de pesquisa ‘Conjuntura Nacional e Políticas Contra o Racismo’ e ‘Laboratório de Psicologia e Informações Afrodescendentes’ (Lapsiafro/UFRRJ).

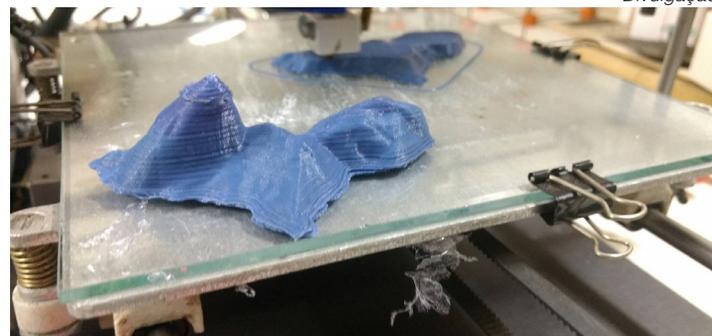
“No livro, comprovamos o papel dos africanos como sujeitos ativos de sua história, atuando a partir do domínio dos saberes e das técnicas de sua tradição, inclusive do ponto de vista filosófico e religioso”, disse Nei Lopes em sua palestra, que foi assistida por membros da comunidade acadêmica. Entre os presentes estava o ex-reitor da UFRRJ, professor Ricardo Miranda.

“Foi enriquecedor para o meio acadêmico e para o público em geral receber o escritor Nei Lopes, que em 2012 recebeu da UFRRJ o título de Doutor Honoris Causa e ano passado ganhou o Prêmio Jabuti pela obra Dicionário da História Social do Samba”, disse o coordenador do Lapsiafro, professor Nilton Sousa (Departamento de Psicologia/IE/UFRRJ).

Além de ser encontrado em livrarias, o ‘Dicionário de História da África’ está disponível para vendas em <https://goo.gl/Xpa21x>

Tecnologias 3D de cartografia no ensino e geomorfologia

Divulgação



Alunas de graduação da Rural, Hanna Aimée Gonçalves, do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, e Érika Medina de Medeiros, do curso de Geografia, apresentaram projeto de pesquisa no XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada e no I Congresso Nacional de Geografia Física, que aconteceu na Unicamp, de 28 de junho a 2 de julho.

A pesquisa, que propõe a utilização de tecnologias de impressão 3D para o ensino de Cartografia e Geomorfologia, é orientada pelos professores Gustavo Mota, do Departamento de Geociências, e Delson Lima Filho, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Para a construção das maquetes – como a do Pão de Açúcar (foto) – as alunas utilizam uma impressora 3D, modelo RepRap Mendel Prusa V2, construída no câmpus Seropédica.

Inscrições abertas para a V RAIC-2017

Estão abertas, até 31 de julho, as inscrições para apresentação de trabalhos na quinta edição da Reunião Anual de Iniciação Científica (V RAIC-2017). Podem participar alunos de graduação, bolsistas ou não, envolvidos em atividades de pesquisa na Universidade. A V RAIC-2017 acontecerá de 4 a 5 de setembro, no câmpus Três Rios, e de 18 a 28 de setembro, nos câmpus Seropédica e Nova Iguaçu. Para mais informações, acesse: <http://eventos.ufrj.br/raic/>

Estudantes podem participar da elaboração do novo PDI

A UFRRJ está elaborando o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os próximos cinco anos (2018 a 2022). Para tornar o processo mais democrático e participativo, a equipe responsável convida a comunidade discente para participar do processo por meio da análise SWOT (Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades). As informações levantadas por meio de um formulário online irão proporcionar à comissão de elaboração do PDI um panorama geral sobre o contexto ambiental da UFRRJ. O formulário pode ser acessado em <https://goo.gl/P1vQVF>

Rural Semanal

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara | **Vice-Reitor:** Luiz Carlos de Oliveira Lima | **Pró-Reitora de Assuntos Administrativos:** Amparo Villa Cupoillo | **Pró-Reitora de Assuntos Financeiros:** Norma Sueli Martins | **Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:** Cesar Augusto Da Ros | **Pró-Reitor de Graduação:** Joecildo Francisco Rocha | **Pró-Reitor de Extensão:** Roberto Carlos Costa Lelis | **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação:** Alexandre Fortes | **Pró-Reitor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional:** Roberto de Souza Rodrigues || **COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** | **Coordenadora de Comunicação Social:** Fernanda Barbosa | **Coordenadora substituta de Comunicação Social:** Alessandra de Carvalho | **Jornalistas:** João Henrique Oliveira, Michelle Carneiro e Ricardo Portugal | **Estagiária:** Beatriz Rodrigues | **Capa:** Patrícia Perez | **Projeto Gráfico:** Patrícia Perez | **Diagramação:** Alexandre Souza e Patrícia Perez | **Imagens:** Freepick e Freelmages || **Redação:** BR 465, Km 47, UFRRJ, Pavilhão Central, sala 131. Seropédica, RJ. | CEP: 23897-000 | Tel: (21) 2682-2915 | E-mail: comunicacao@ufrj.br | Portal: www.ufrj.br

